

Contra a segunda destruição da URSS: anticolonialismo e antifascismo

JOÃO QUARTIM DE MORAES*

Um quarto de século nos separa da destruição da União Soviética. A escassez de estudos teoricamente credíveis sobre esse colossal retrocesso é um dos efeitos da ampla debandada que o desastre suscitou na esquerda. Foi patético o espetáculo proporcionado pelas longas colunas de desertores, ansiosos para serem recebidos nas fileiras dos inimigos da véspera, proclamando aos quatro ventos o “fracasso” do marxismo, do comunismo e da ideia mesma de socialismo.

O critério que orientou a escolha dos textos apresentados neste comentário e nos que virão mais tarde não poderia, pois, ser politicamente neutro. Contra os ganhadores da “Guerra Fria”, empenhados em ganhar também a batalha da memória, matando a URSS pela segunda vez, a prioridade para os intelectuais comunistas era defendê-la, restabelecendo a verdade histórica. A complexidade dos temas com que nos deparamos nessa busca da verdade impõe uma divisão das questões e conseqüentemente dos autores cujas contribuições serão apresentadas. No presente comentário concentramo-nos na participação decisiva da União Soviética na luta contra o colonialismo e em seguida na crítica aos ideólogos do liberal-imperialismo empenhados em assimilar comunismo e nazismo sob a noção mistificadora de *totalitarismo*. Pretendemos, nos próximos números de *Crítica Marxista*, comentar o debate sobre liberalismo, fascismo e comunismo no contexto da Segunda Guerra Mundial e aprofundar o exame crítico das causas do desmonte da sociedade e do poder estatal soviético.

* Professor de Filosofia da Unicamp. Email: quatis@uol.com.br.

O apelo leninista à emancipação dos povos coloniais

O primeiro estudo importante escrito em vista de fazer justiça histórica ao legado soviético foi *Dalla rivoluzione d'ottobre al nuovo ordine Internazionale* de Domenico Losurdo, publicado em novembro 1993 num número monográfico da revista *Il calendario dal Popolo* (Milão). A versão brasileira apareceu em três números sucessivos de *Crítica Marxista*,¹ com o título *O significado histórico da Revolução de Outubro*. A densidade histórica e a consistência da argumentação de Losurdo nesse estudo e nos que publicou nos anos seguintes fizeram de sua defesa e ilustração da grande revolução de outubro 1917 uma referência indispensável para a compreensão dos combates que moldaram o século XX. Entre suas mais importantes contribuições para essa compreensão está a reconstituição da denúncia militante do colonialismo empreendida pelos bolcheviques.

A primeira grande contribuição da Revolução de Outubro para a história mundial foi pôr fim, no Leste Europeu, à odiosa chacina dos povos desencadeada em 1914 pelas grandes potências imperialistas. Desmistificando a boa consciência dos impérios liberais (Grã Bretanha e França), Losurdo denuncia um aspecto deliberadamente ocultado de suas responsabilidades nos horrores da Primeira Guerra Mundial: o uso das populações coloniais como carne para canhão. Em vez de manifestar gratidão aos africanos e asiáticos lançados numa guerra mortífera longe de suas terras natais, o filósofo liberal Benedetto Croce lamentou que a França tivesse festejado “selvagens bárbaros, senegaleses e gurkas indianos que pisavam sua doce terra”² (Losurdo, 2006, p.33).

Em radical contraste com o racismo (explícito ou hipócrita) das grandes potências e dos grandes intelectuais liberais, Lenin caracterizou o imperialismo, em 1920, pela contradição entre povos oprimidos e povos opressores:

O traço característico do imperialismo é que o mundo inteiro [...] se divide atualmente num grande número de povos oprimidos e um número ínfimo de povos opressores, que dispõem de riquezas colossais e de uma poderosa força militar. Estimando a população total do globo em 1,75 bilhão, a imensa maioria, compreendendo muito provavelmente 1,25 bilhão de seres humanos [...], pertence aos povos oprimidos, os quais ou se encontram colocados sob um regime de dependência colonial direta, ou constituem Estados semicoloniais, como a Pérsia, a Turquia, a China [...]. (Lenin, 1961, p.247-248)

É notável que, embora convencido da proximidade do triunfo revolucionário do proletariado nas metrópoles europeias (a grandiosa vitória dos bolcheviques na Rússia, combinada à revolta das massas populares contra os horrores da grande guerra interimperialista havia estimulado uma grande ofensiva revolucionária

1 *Crítica Marxista*, n.4, 5 e 6, 1997-1998.

2 Losurdo remete a Croce, 1967, p.143.

da classe operária na maior parte da Europa) e daí inferindo que a emancipação das colônias proviria daquele triunfo, Lenin tenha assim mesmo considerado a contradição entre povos oprimidos e povos opressores o traço característico do imperialismo na escala do mundo inteiro.

Mesmo não se tendo confirmado a expectativa da vitória proletária na Europa, o acerto de sua análise ficou evidente nos anos seguintes, quando a corrente de fundo do movimento revolucionário deslocou-se para a periferia colonial do sistema capitalista mundial, mudando, por isso mesmo, de método (guerras revolucionárias), de objetivo (libertação nacional) e de composição de classes (além dos intelectuais, amplos setores da pequena burguesia patriótica participaram a fundo do combate libertador). O peso relativo dessas forças sociais variou no interior da frente patriótica em função das diferentes condições de opressão a que estavam submetidos os diversos povos coloniais, mas basta observar a dinâmica da luta revolucionária em nossa época, em particular na Ásia e na África, para constatar que as grandes vitórias revolucionárias dos povos desses continentes ao longo do século XX estiveram intimamente ligadas à resolução da questão colonial.

Foi, pois, com razão que, numa comunicação apresentada em janeiro de 1994 no Colóquio “Lenin e il Novecento”, em Urbino, Losurdo enfatizou a dinâmica “emancipadora e universalista” do legado teórico e político do leninismo:

[...] a questão nacional costumava reduzir-se a um grupo restrito de problemas, que na sua maior parte diziam respeito às “nações civilizadas”. Irlandeses, húngaros, polacos, finlandeses, sérvios e algumas outras nacionalidades da Europa: era esse o grupo de povos, privados da igualdade de direitos, por cuja sorte se interessavam os heróis da II Internacional. Dezenas e centenas de milhões de homens pertencentes aos povos da Ásia e da África, que sofriam o jugo nacional nas suas formas mais brutais e mais ferozes, não costumavam ser tomados em consideração. Ninguém se decidia a pôr no mesmo plano brancos e negros, “civilizados” e “não civilizados” [...]. O leninismo desmascarou essa disparidade escandalosa; abateu a barreira que separava brancos e negros, europeus e asiáticos, escravos do imperialismo “civilizados” e “não civilizados”, ligando desse modo o problema nacional ao problema das colônias.

Quem se exprime nesses termos, esclarece Losurdo, é Stalin, “que sem dúvida não conseguiu enfrentar na prática a questão nacional aqui ilustrada com tanta eloquência”³ (Losurdo, 2006, p.32-33). Ainda nesse período, acrescenta,

começa a grassar nos EUA o nativismo, que põe debaixo de mira os judeus, os orientais e sobretudo os negros; estes últimos começam a deixar de sofrer passiva-

3 Losurdo remete a Stalin (1952, p.59-60). Sobre o tema Stalin e a questão nacional, ver Losurdo, 1993, cap. VII. Em várias passagens, modificamos a tradução brasileira citada no corpo texto.

mente e então passam a ser acusados de bolchevismo. A resposta deles é simples e clara: “Se combater por seus direitos significa ser bolchevique, então somos bolcheviques [...].(84) Lênin e a Revolução de Outubro abriram um capítulo novo da história, pondo em crise ou contestando radicalmente o que mais tarde Togliatti denunciará como a “bárbara discriminação entre as criaturas humanas” própria da “doutrina liberal”. (Losurdo, 2006, p.33)

Sionismo e anti-imperialismo

A ideologia colonialista tem muitas vertentes. Nem todas são abertamente racistas. Os escrevinhadores do capital estão sempre a postos para justificar a pilhagem das riquezas planetárias em nome do progresso, da democracia, da civilização etc. Por isso, ocultam zelosamente a teoria do imperialismo ou até partem para o contra-ataque. Foi o caso de um certo Paul Johnson, que em 1991, na embriaguez reacionária perante a destruição da URSS (que, segundo os mais eufóricos, seria logo seguida pela de Cuba e da China), operou um grosseiro amálgama ideológico pertinentemente assinalado por Losurdo (2006, p.15):

No princípio do século XX, este liberal inglês de esquerda (Hobson), lido com grande atenção e respeito por Lenin, observa que a expansão colonial “normalmente implicou” “o extermínio das ‘raças inferiores’, em especial daquelas que não podem ser exploradas com lucro pelos colonizadores brancos superiores”; ou seja, que não conseguem resistir às relações de trabalho servil ou semi-servil que lhes são impostas. Por ter feito alusão ao papel desempenhado também pelo capital judaico no âmbito desse capítulo da história”, Hobson é rotulado de “antissemita” por Paul Johnson (1991, p.152).

O rolo compressor da propaganda sionista reforçou esse amálgama. Criticar qualquer aspecto do judaísmo, denunciar atrocidades do Estado de Israel, é incorrer em antissemitismo. Elogiar quem tenha cometido esse pretense delito é acumpliciar-se com ele. Tal é o tenebroso argumento de Johnson. Se Hobson era “antissemita”, também o era Lenin, que viu em sua obra “uma descrição excelente e pormenorizada das particularidades econômicas e políticas fundamentais do imperialismo” (Lenin, 1960, p.212).⁴ Então, conclui Johnson, a “teoria leninista do imperialismo” “mergulha suas raízes na teoria antissemita da conspiração” que exerceu efeito nefasto sobre os “comportamentos assumidos por numerosos Estados do terceiro mundo em relação ao imperialismo e ao colonialismo, quando eles alcançaram a independência nos anos 1950 e 1960” (Johnson, 1988, p.572 e 574).

4 Note-se que não só na passagem referida por Losurdo, mas em várias outras de *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*, a começar do Prefácio, Lenin se refere a Hobson com respeito, quando não elogiosamente.

Ironicamente, o único erro estratégico incontestável que Stalin cometeu no quarto de século em que esteve à frente do Estado soviético foi fazê-lo votar a favor da resolução 181 da ONU, de 29 de novembro de 1947, que aprovou uma partilha flagrantemente injusta da Palestina. Ela foi dividida em dois Estados, o árabe, com 11.800 km², e o judeu, com 14.500 km², respectivamente 43% e 57% da área total; entretanto no território atribuído ao Estado judeu, mais de 50% dos habitantes eram árabes, muçulmanos ou cristãos. Pesou, evidentemente, no resultado da votação, o desejo dos países europeus de compensar, nas costas dos árabes, os sofrimentos dos judeus na Alemanha hitleriana. Mas a decisão final só foi arrancada pela pressão combinada do governo dos Estados Unidos e dos sionistas.⁵

Quando, compreendendo o erro cometido em 1947, a URSS dissociou-se da política expansionista e belicista de Israel, restringindo a emigração dos judeus soviéticos para lá, a máquina de propaganda sionista, acusando o Kremlin de antissemitismo, exigiu que os vistos de saída fossem concedidos irrestrita e automaticamente a todos que o pediam. O problema era embaraçoso para o governo soviético: os emigrantes iriam reforçar o caráter colonial do Estado sionista, a brutal ocupação da Palestina e a repressão da resistência de seu povo. De outro lado, não havia como negar aos judeus o direito de emigrar. A solução prática foi limitar a concessão de vistos. Na agonia da URSS, porém, Gorbachov liberou a saída em massa dos emigrantes: cerca de 1 milhão de judeus se instalaram em Israel nos anos seguintes. O que não bastou para acalmar o zelo do aguerrido e raivoso sionismo estadunidense, que acusava sistematicamente de antissemitismo os que denunciavam o colonialismo de Israel e sua umbilical articulação com o imperialismo. Daí a consagração de Johnson na mídia estadunidense:

Ocorreu muitas vezes serem rotuladas de antissemitas as críticas avançadas ao sionismo ou à política de Israel; mas agora todo e qualquer movimento anti-imperialista e de emancipação que se desenvolva no terceiro mundo é considerado expressão de antissemitismo: não é um golpe de mestre este realizado por Paul Johnson? Não foi por acaso que o *New York Times* lhe concedeu a honra do fausto anúncio de que finalmente o colonialismo está de volta, e de modo triunfal!?. (Losurdo, 2006, p.16)

Comunismo e nazismo

Propagandistas do liberal-imperialismo de todos os matizes, de Hayek e Hanna Arendt a Jeane Kirkpatrick, empenharam-se em amalgamar comunismo e nazismo, assimilando-os na noção de *totalitarismo*. Forjaram assim, mediante argumentos

5 No dia 26, véspera da votação, constatando que faltavam quatro votos para obter a maioria de dois terços exigida pelo estatuto da ONU, os sionistas e seus protetores do governo estadunidense saíram à caça dos votantes mais “influenciáveis”. Foram bem sucedidos: compraram ou extorquiram os votos necessários para impor a maldita partilha.

falaciosos e falsificações históricas, um eficiente artefato para o arsenal de propaganda estadunidense contra a União Soviética.⁶ Essa mistificação foi refutada, em seu aspecto conceitual, não somente pelos intelectuais comunistas que resistiram ao arrastão ideológico do “pensamento único” neoliberal, mas também no tópico III do verbete “Totalitarismo” do *Dicionário de política*. Mario Stoppino (1968, p.1252), que escreveu esse tópico, enfatizou pertinentemente:

A ideologia comunista é humanística, racionalista e universalista; seu ponto de partida é o homem [...] é por isso que ela assume a forma de um credo universal que abrange todo o gênero humano. A ideologia fascista é organicista, irracionalista e antiuniversalista; seu ponto de partida é a raça, concebida como uma entidade absolutamente superior ao homem individual. Ela toma por isso a forma de um credo racista que trata com desprezo [...] a ideia ética da unidade do gênero humano. [...] A ideologia comunista enfim, é revolucionária: apresenta-se como herdeira do Iluminismo e da Revolução Francesa [...]. A ideologia fascista é reacionária: ela é herdeira das tendências mais extremas do pensamento contrarrevolucionário [...] em seus componentes irracionalistas, racistas e radicalmente antidemocráticos [...].

A réplica do senso comum liberal é previsível: na prática a teoria é outra. Sem dúvida, na prática *todas* as ideologias sofrem o contragolpe da realidade social sobre a qual elas atuam. Mas são justamente os valores próprios a cada ideologia que servem de parâmetro para determinar com objetividade o alcance e os efeitos desse contragolpe. A prática dos comunistas pode ter ficado aquém do ideal igualitário, mas esse descompasso ou desvio não anula a frontal oposição entre o igualitarismo universalista da ideologia comunista e o racismo radical dos nazistas.

O antagonismo entre comunistas e nazifascistas foi tão irreduzível na ideologia quanto nos combates da história. A primeira campanha de extermínio executada por Hitler ao chegar ao poder foi aniquilar o Partido Comunista alemão, então o maior do mundo, atrás do soviético. A perseguição aos judeus só começou a atingir escala de genocídio a partir de 1940, quando comunistas e social-democratas, primeiros inquilinos dos campos de concentração, já tinham sido liquidados. Isso não diminui em nada o horror do martírio imposto aos judeus. Mas os 27 milhões de soviéticos que morreram na luta contra as hordas hitlerianas devem cair no esquecimento?

Sintomaticamente, o argumento mais utilizado pelos que pretendem sujar a memória da URSS consiste em negar o caráter irreduzível do confronto que a opôs à Alemanha nazista. Requentando a doutrina estadunidense do *totalitarismo*, os neoliberais e neofascistas que dominam o Parlamento europeu e governam

6 Losurdo reconstituiu com irrefutável precisão analítica a lenta transmutação que Hanna Arendt imprimiu à noção de totalitarismo para adaptá-la à propaganda anticomunista dos governos estadunidenses empenhados na Guerra Fria.

vários países membros servem-se do pacto nazi-soviético de 1939 para justificar a assimilação dos comunistas aos nazistas. Eles se “esquecem” de que os governos inglês e francês, que tinham recorrido à intervenção militar, bem como ao bloqueio econômico e diplomático, para tentar destruir no nascedouro o poder dos soviéticos, continuaram recusando-se, de 1936 a 1939, a negociar com a União Soviética os meios de conter o expansionismo alemão. Os estudos sérios sobre a diplomacia das grandes potências europeias durante esses anos põem a nu a perfídia daqueles dois governos, que também se recusaram a vender armas para a República Espanhola agredida pela sublevação militar-fascista. É que, na verdade, eles estavam empenhados em negociar com Hitler, com a expectativa de que este dirigisse contra a URSS seus ânimos guerreiros.

Tal foi o significado do pacto liberal-nazista de 1938, concluído em Munique, entre Daladier, Chamberlain (chefes de governo respectivamente da França e da Inglaterra) e Hitler. A União Soviética, a despeito de ter assinado um tratado de defesa mútua com o governo tcheco, foi mantida fora das negociações anglo-franco-alemãs-italianas, ao passo que Mussolini foi convidado e amistosamente recebido. Os próprios tchecos foram apenas notificados das decisões tomadas por aquele bando de celerados: seu país seria desmembrado, de maneira a satisfazer o Führer, que exigia a anexação da região dos Sudetos.

Referências bibliográficas

- CROCE, B. Frammenti di etica (1922). In: *Etica e politica (1930)*. Bari: Laterza, 1967.
- JOHNSON, P. *A History of the Jews* (1987). New York: Perennial Library, 1988.
- _____. *Modern Times: From the Twenties to the Nineties*. New York: Harper Collins, 1991.
- LENIN, V. I. Rapport de la Commission Nationale et Coloniale. In: *Obras*, tome 31, Paris-Moscou: Éditions Sociales/du Progrès, 1961.
- _____. Impérialisme, stade supérieur du capitalisme. In: *Oeuvres*, tome 22, Paris-Moscou: Éditions Sociales/du Progrès, 1960.
- LOSURDO, D. O significado histórico da Revolução de Outubro (parte I). *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, n.4, 1997, p.67-88.
- _____. O significado histórico da Revolução de Outubro (parte II). *Crítica Marxista*, São Paulo. Xamã, n.5, 1997, p.55-80.
- _____. O significado histórico da Revolução de Outubro (parte III). *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, n.6, 1998, p.51-82.
- _____. Civilização, barbárie e história mundial: relendo Lênin. In: LOSURDO, D.; GIA-COMENI, R. (orgs.). *Lenin e il Novecento*. Nápoles, Città del Sole, 1997, p. 11-78. (Versão brasileira em: *Liberalismo: entre civilização e barbárie*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006).
- _____. *Marx e il bilancio storico del Novecento*. Roma: Bibliotheca, 1993.
- STALINE, J. Principi del leninismo. In: *Questioni del leninismo*. Roma: Edizioni Rinascita, 1952.
- STOPPINO, M. Totalitarismo. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política: versão brasileira*. Brasília: Universidade de Brasília, 1968.

MORAES, João Quartim de. Contra a segunda destruição da URSS: anticolonialismo e antifascismo. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Unesp, n.37, 2013, p.163-169.

Palavras-chave: União Soviética; Colonialismo; Fascismo.